



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
1ª Vara Federal de Curitiba

Avenida Anita Garibaldi, 888, 4º andar - Bairro: Cabral - CEP: 80540-400 - Fone: (41)3210-1733 - Email: prctb01dir@jfpr.jus.br

AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 5057144-14.2018.4.04.7000/PR

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

AUTOR: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS

RÉU: AUGUSTO AMORIM COSTA

RÉU: PAULO ROBERTO COSTA

RÉU: VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S/A

RÉU: OTHON ZANOIDE DE MORAES FILHO

RÉU: ANDRE GUSTAVO DE FARIAS PEREIRA

RÉU: CONSTRUTORA QUEIROZ GALVAO S A

RÉU: PETRONIO BRAZ JUNIOR

RÉU: ILDEFONSO COLARES FILHO (ESPÓLIO)

DESPACHO/DECISÃO

Considerando a decisão proferida no AI nº 50084867020194040000 pela relatora Des. Vivian Josete Pantaleão Caminha, em que foi deferido o efeito suspensivo, determino:

a) a alteração do rito processual para "Ação de Improbidade";

b) a reinclusão, no polo passivo da ação, dos réus anteriormente excluídos em decisão de ev. 46, a saber: ALDO GUEDES ALVARO, PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO, JOÃO CARLOS LYRA PESSOA DE MELLO FILHO, VALDIR RAUP DE MATOS, MARIA CLÉIA SANTOS DE OLIVEIRA, PEDRO ROBERTO ROCHA, PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS, FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO, SEVERINO SÉRGIO ESTELITA GUERRA, EDUARDO HENRIQUE DA FONTE DE ALBUQUERQUE SILVA;

c) a indisponibilidade de bens e valores, até o limite indicado na peça inicial, de cada um dos corréus, incluindo a empresa Vital Engenharia Ambiental S.A, e **excluindo a Construtora Queiroz**

Galvão S.A - em relação a qual foi determinado o bloqueio específico de 3% do faturamento, ausente ordem para indisponibilidade genérica;

À Secretaria, para que:

a) proceda-se à autuação de uma classe processual "petição", destinada a dar cumprimento à medida de indisponibilidade de bens dos acusados. Ressalto, de antemão, que esta medida tem por escopo assegurar a celeridade e a economia processual no que toca à presente demanda, de modo que não haverá qualquer ônus de sucumbência em virtude de decisões proferidas no incidente instaurado para a execução desta decisão interlocutória.

b) Traslade-se cópia da presente decisão ao procedimento.

Na classe petição:

a) proceda-se ao bloqueio de ativos financeiros via sistema Bacenjud;

b) proceda-se ao bloqueio de veículos via RENAJUD;

c) proceda-se ao bloqueio de imóveis via sistema CNIB. Caso o Cartório de Registro de Imóveis oponha-se ao bloqueio, expeça-se ofício;

d) oficie-se a Junta Comercial do Paraná para que seja efetuado o bloqueio das cotas sociais;

Documento eletrônico assinado por **FRIEDMANN ANDERSON WENDPAP, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **700006821100v10** e do código CRC **0602b44f**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): FRIEDMANN ANDERSON WENDPAP

Data e Hora: 21/5/2019, às 18:5:59

5057144-14.2018.4.04.7000

700006821100.V10